☒
PAUTA/MEMÓRIA DA 38ª REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA DA DIRETORIA DE 2016
11/10/2016

Data: 11 de outubro de 2016

Local: Sala de Reunião da Diretoria, no Edifício Sede da ANEEL, SGAN 603, Módulo H, Brasília – DF.

Início: 9h00

Término: 17h

Presenças: Diretor-Geral Substituto: Tiago de Barros Correia (Presidente da Reunião)

Diretores: André Pepitone da Nóbrega

José Jurhosa Junior

Reive Barros dos Santos

Procurador-Geral Substituto: Marcelo Escalante

Secretário-Geral: Frederico Lobo de Oliveira

* O Diretor-Geral, Romeu Donizete Rufino, não participou da Reunião por motivo de férias.

I – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

II - RELAÇÃO DOS ASSUNTOS RELATIVOS AOS AGENTES DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.

1. Processo: 48500.006750/2014-94. **Assunto:** Responsabilidade por custos de obras executadas de acordo com o Termo de Compromisso firmado entre a Energisa Mato Grosso – EMT e a Enel Brasil Participações Ltda. **Área Responsável:** Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD.

Relator: Diretor André Pepitone da Nóbrega.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu conhecer do pedido apresentado pela Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. – EMT e, no mérito, decidir que a Subestação Salto Paraíso, que secciona a Linha de Distribuição 138 kV Nova Monte Verde – Alta Floresta, deve ser considerada como instalação sob a responsabilidade da EMT, devendo a EMT, a Enel Green Power Cabeça de Boi S.A., a Enel Green Power Da Fazenda S.A. e a Enel Green Power Salto Apiacás S.A. observarem as disposições da Resolução Normativa nº 506/2012, e as obrigações pactuadas no Termo de Compromisso firmado em 22 de agosto de 2013.

Ordem de julgamento: 12

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.730/2016](#)

2. Processo: 48500.004550/2016-69. **Assunto:** Proposta de abertura de Audiência Pública com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da regulamentação do cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida – RAP das concessionárias de transmissão, cujos contratos foram prorrogados nos termos na Lei nº 12.783/2013, em consonância com o disposto na Portaria MME nº 120/2016. **Área Responsável:** Superintendência de Gestão Tarifária – SGT.

Relator: Diretor Reive Barros dos Santos.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu instaurar Audiência Pública, mediante intercâmbio documental, no período de 14 de outubro a 14 de novembro de 2016, visando obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de regulamentação para o cálculo da Receita Anual Permitida – RAP das concessionárias de transmissão, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e em consonância com a Portaria MME nº 120/2016.

Houve apresentação técnica por parte da Sra. Maria Luiza Ferreira Caldwell, da Superintendência de Gestão Tarifária – SGT.

Ordem de julgamento: 13

Ato(s) Administrativo(s): [Aviso de Abertura de Audiência Pública nº 68/2016](#)

3. Processo: 48500.004717/2015-19. **Assunto:** Proposta de abertura de Audiência Pública com vistas a colher subsídios e informações adicionais para Alterações nas Regras de Comercialização de Energia Elétrica para compor a versão 2017.1.0. **Área Responsável:** Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado – SRM.

Relator: Diretor José Jurhosa Junior.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu: (i) instaurar Audiência Pública, por intercâmbio documental, no período de 13 de outubro a 11 de novembro de 2016, com o objetivo de colher subsídios para a elaboração de ato regulamentar, a ser expedido pela ANEEL, para a aprovação dos 16 módulos das Regras de Comercialização; (ii) suspender a aplicação do módulo Alocação de Geração Própria, aprovado pela Resolução Normativa nº 683/2015, atualizado pela Resolução Normativa nº 719/2016; (iii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que: (iii.a) para o ano de 2016, proceda a apuração da alocação de geração própria para abatimento de encargos a partir da geração mensal resultante da contabilização de cada usina, limitada ao consumo mensal do agente proprietário da usina; (iii.b) após o processo de contabilização de 2016, proceda a verificação dos montantes dos contratos de repasse de autoprodução para eventual abatimento da alocação de geração própria no ano de 2017; (iii.c) proceda a correção da álgebra da Realocação Excedente de Garantia Física, constante da linha de comando 31.1.1 do Módulo Comprometimento de usinas, versões 2015.1.4, 2016.1.1 e 2016.2.0, aprovadas pela Resolução Normativa nº 719/2016, de forma que o seu resultado possa assumir somente valor maior ou igual a zero; (iii.d) proceda a correção da álgebra das linhas de comando 25 e 69 do Módulo Comprometimento de Usinas, versão 2016.2.0, de modo a considerar no cálculo da garantia física livre dos agentes geradores, o compromisso com os Contratos Bilaterais Regulados – CBRs.

Houve apresentação técnica por parte do Sr. Gentil Nogueira de Sá Júnior, da Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado – SRM.

Ordem de julgamento: 14

Ato(s) Administrativo(s): [Aviso de Abertura de Audiência Pública nº 67/2016 e Despacho nº 2.731/2016](#)

4. Processo: 48500.004749/2010-00. **Assunto:** Proposta de abertura da Quinta Etapa da Audiência Pública nº 20/2015 com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento dos Procedimentos de Rede, que definem os procedimentos e os requisitos necessários à realização das atividades de planejamento da operação eletroenergética, administração da transmissão, programação e operação em tempo real no âmbito do Sistema Interligado Nacional – SIN. **Área Responsável:** Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão – SRT.

Relator: Diretor André Pepitone da Nóbrega.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu instaurar a quinta etapa da Audiência Pública nº 20/2015, por intercâmbio documental, de 13 a 27 de outubro de 2016, visando obter subsídios e informações adicionais, para revisar os Submódulos 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.6, 6.5, 10.3, 10.7, 10.12, 15.4, 15.6, 15.8, 15.12 e 24.4 dos Procedimentos de Rede, com vistas a aprimorá-los e compatibilizá-los à regulamentação não contemplada nas versões dos submódulos aprovadas pela Resolução Normativa nº 372/2009, pelo Despacho nº 2.744/2010, e pela Resolução Normativa nº 461/2011.

O Diretor José Jurhosa Junior estava ausente no momento de deliberação deste processo.

Ordem de julgamento: 15

Ato(s) Administrativo(s): [Aviso de Reabertura da Audiência Pública nº 20/2015](#)

5. Processo: 48500.003951/2007-19. **Assunto:** Proposta de reabertura da Audiência Pública nº 60/2015, instituída com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da Resolução Normativa nº 532/2013, que disciplina a constituição de garantias pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. **Áreas Responsáveis:** Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado – SRM e Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF.

Relator: Diretor José Jurhosa Junior.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu instaurar a segunda etapa da Audiência Pública nº 60/2015, a realizar-se no período de 14 de outubro a 14 de novembro de 2016, por intercâmbio documental.

Ordem de julgamento: 1

Ato(s) Administrativo(s): [Aviso de Reabertura da Audiência Pública nº 60/2015](#)

6. Processo: 48500.002873/2016-18. **Assunto:** Requerimento Administrativo interposto pela Celg Distribuição S.A. – Celg-D, com vistas à anuência prévia para a constituição de garantias para fins de repactuação de dívida com cotas da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. **Área**

Responsável: Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF.

Relator: Diretor José Jurhosa Junior.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu deferir o Requerimento Administrativo interposto pela Celg Distribuição S.A. – Celg-D, com vistas à anuência para a constituição de garantias para fins de repactuação de dívida, no montante de R\$ 214.938.624,00, com cotas da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e, por consequência, autorizar as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras a celebrar o respectivo contrato de parcelamento de dívidas, bem como determinar à Superintendência de Gestão Tarifária – SGT que incluía somente na apuração da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA CDE do processo tarifário de 2017 a análise dos pagamentos das cotas de CDE relativas às competências relacionadas no pedido de repactuação de dívidas.

*Esta decisão foi retificada na 41ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2016.

Ordem de julgamento: 2

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.719/2016](#)

Atualizado em 4/11/2016, às 11h32.

7. Processo: 48500.004468/2016-34. **Assunto:** Requerimento Administrativo interposto pela CEB Distribuição S.A. – CEB-DIS, com vistas à anuência prévia para a constituição de garantias para fins de repactuação de dívida com cotas da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. **Área**

Responsável: Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF.

Relator: Diretor José Jurhosa Junior.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu deferir o Requerimento Administrativo interposto pela CEB Distribuição S.A. – CEB-DIS, com vistas à anuência para a constituição de garantias para fins de repactuação de dívida de R\$ 125.240.000,00 com cotas da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e, por consequência, autorizar as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras a celebrar o respectivo contrato de parcelamento de dívidas.

Ordem de julgamento: 3

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.720/2016](#)

8. Processo: 48500.000075/2016-51. **Assunto:** Resultado da Audiência Pública nº 25/2016, instituída com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da Resolução Normativa nº 560/2013, que estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública – DUP de áreas necessárias à implantação de instalações de geração e transporte de energia elétrica por concessionários, permissionários e autorizados. **Áreas**

Responsáveis: Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão – SRT, Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração – SRG, Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD, Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG, Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT e Superintendência de Gestão Técnica da Informação – SGI.

Relator: Diretor José Jurhosa Junior.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu estabelecer os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública – DUP, de áreas de terra necessárias à implantação de instalações de geração e de transporte de energia elétrica, por concessionários, permissionários e autorizados; e determinar à Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG e à Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT que instruem processo administrativo, com vistas à inclusão, nas respectivas portarias de delegação de competências para os titulares dessas Superintendências, permitindo-os alterar os formatos dos dados presentes nos anexos da nova norma.

Houve sustentação oral por parte do Sr. Tiago Abreu, representante da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa – Abragel.

Houve apresentação técnica por parte do Sr. Paulo Luciano de Carvalho, da Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão – SRT.

Ordem de julgamento: 4

Ato(s) Administrativo(s): [Resolução Normativa nº 740/2016](#)

9. Processo: 48500.004357/2003-51. **Assunto:** Resultado da Audiência Pública nº 9/2016, instituída com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da revisão do Plano de Universalização da área rural da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – Eletrobras Amazonas Energia, a partir de 2015. **Área Responsável:** Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD.

Relator: Diretor André Pepitone da Nóbrega.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu: (i) manter o ano limite de 2018 para alcance da universalização rural por meio de redes convencionais, com a meta de 36.969 ligações; (ii) definir o ano limite de 2018 para o alcance da universalização rural por meio de sistemas de geração, com a meta de 14.500 ligações; e (iii) redefinir os anos de universalização rural por município.

O Diretor José Jurhosa Junior estava ausente no momento de deliberação deste processo.

Ordem de julgamento: 16

Ato(s) Administrativo(s): [Resolução Homologatória nº 2.156/2016](#)

10. Processo: 48500.001707/2015-13. **Assunto:** Recurso Administrativo interposto pela Companhia Energética de Alagoas – Ceal em face do Auto de Infração nº 1/2014, lavrado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas – ARSAL, que aplicou penalidades de advertência e multas em decorrência de fiscalização técnica em 2013. **Área Responsável:** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor André Pepitone da Nóbrega.

O processo foi retirado de pauta.

Ordem de julgamento: 17

11. Processo: 48500.001046/2015-26. **Assunto:** Recurso Administrativo interposto pela Transmissora Delmiro Gouveia S.A. – TDG em face do Auto de Infração nº 57/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, que aplicou penalidade de multa em decorrência do descumprimento do cronograma de implantação de empreendimentos outorgados à Recorrente. **Área Responsável:** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor André Pepitone da Nóbrega.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Transmissora Delmiro Gouveia S.A. – TDG em face do Auto de Infração nº 57/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, que aplicou penalidade de multa em decorrência de descumprimento ao cronograma de implantação da Subestação SE Aquiraz II 230/69kV e do trecho de Linha de Transmissão – LT em 230kV, entre o ponto de seccionamento da LT 230kV Banabuiú – Fortaleza e a SE Aquiraz II, e, no mérito, negar-lhe provimento para manter, na íntegra, a multa de R\$ 11.850,77 (onze mil, oitocentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos), a serem recolhidos conforme a legislação.

Ordem de julgamento: 18

Ato(s) Administrativo(s): **Despacho nº 2.732/2016**

12. Processos: 48500.005300/2012-12 e 27101.000463/1989-40. **Assunto:** Recurso Administrativo interposto pela Bom Retiro Energia Ltda. em face do Despacho nº 3.080/2012, que aprovou os estudos de inventário hidrelétrico do rio Taquari, apresentados pela Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A. e do Despacho nº 3.200/2012, que efetivou como ativo o registro para elaboração do projeto básico da Usina Hidrelétrica – UHE Cruzeiro do Sul, localizada no município de Cruzeiro do Sul, estado do Rio Grande do Sul, ambos emitidos pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos – SGH, e outorga do Aproveitamento Hidrelétrico Bom Retiro, localizado no rio Taquari, na foz do rio Jacuí, à Bom Retiro Energia Ltda.

Áreas Responsáveis Diretoria – DIR.

Relator: Diretor André Pepitone da Nóbrega.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu: (i) não conhecer, por intempestivo e superveniente perda de objeto, do Recurso Administrativo interposto pela Bom Retiro Energia Ltda. em face do Despacho nº 3.080/2012, que aprovou os estudos de inventário hidrelétrico do rio Taquari, apresentados pela Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A. e do Despacho nº 3.200/2012, que efetivou como ativo o registro, para elaborar o projeto básico da Usina Hidrelétrica – UHE Cruzeiro do Sul, ambos emitidos pela Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos – SGH, localizada no município de Cruzeiro do Sul, estado do Rio Grande do Sul, em razão da decisão proferida na Apelação Cível nº 5005009-47.2013.4.04.7114/RS (Execução de Sentença nº 2009.71.14.001773-9); (ii) indeferir a proposta de acordo extrajudicial apresentada pela Bom Retiro Energia com vistas a autorizar a exploração da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Bom Retiro, por não se verificar “a vantajosidade e a ausência de prejuízo ao interesse público”; (iii) autorizar a Bom Retiro Energia Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica – PIE, mediante a implantação e a exploração da Usina Hidrelétrica – UHE Bom Retiro, com 40,540 MW de Potência Instalada, localizada na região da barragem/eclusa Bom Retiro do Sul, no rio Taquari, na foz do rio Jacuí, estado do Rio Grande do Sul; (iv) determinar que a Bom Retiro Energia Ltda. protocole, em até 60 dias, contados da publicação desta decisão, os seguintes documentos originais ou cópias devidamente autenticadas, em observância às Resoluções Normativas nº 395/1998 e 412/2010 : (iv.a) Garantia de fiel cumprimento; (iv.b) organograma do Grupo Econômico; (iv.c) Informação de Acesso; (iv.d) cronograma físico completo; (iv.e) comprovação de qualificação técnica; (iv.f) demonstrativo de capacidade financeira; (iv.g) Licença ambiental; (iv.h) Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH; (iv.i) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor; (iv.j) inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ; (iv.k) certificado de regularidade relativo às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; (iv.l) certidões de regularidade fiscal; (iv.m) Certidão Civil de Falências e Processo de Recuperação; e (v) determinar que a Bom Retiro Energia Ltda. protocole, em até 14 meses contados da publicação desta decisão, o Projeto Básico compatível com a potência instalada definida nesta Autorização.

Houve sustentação oral por parte do Sr. Ângelo Arruda, representante da Bom Retiro Energia Ltda.,

e do Sr. José Guilherme Antloga do Nascimento, representante da Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A.

Ordem de julgamento: 5

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.722/2016](#) e [Resolução Autorizativa nº 6.080/2016](#)

13. Processo: 48500.001602/2011-31. **Assunto:** Recurso Administrativo interposto pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte em face do Despacho nº 3.752/2014, emitido em conjunto pelas Superintendências de Regulação dos Serviços de Transmissão – SRT e de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT, que alterou o Anexo II da Resolução Autorizativa nº 3.587/2012. **Área Responsável:** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor André Pepitone da Nóbrega.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu não conhecer, por estar exaurida a esfera administrativa, do Recurso Administrativo interposto pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte em face da Resolução Autorizativa nº 5.214/2015, que alterou a data de entrada em operação comercial da adequação da Subestação Boa Vista aos Procedimentos de Rede e revogou a autorização para a implantação do 3º transformador 230/69 kV na Subestação Boa Vista, objeto da Resolução Autorizativa nº 3.587/2012. A Diretoria decidiu, ainda, determinar às Superintendências de Regulação dos Serviços de Transmissão – SRT, de Regulação dos Serviços de Geração – SRG, de Regulação Econômica e Estudos do Mercado – SRM, de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF e de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT, sob coordenação desta, propor a forma de remuneração do 3º transformador 230/69-13,8 kV, 100 MVA da Subestação Boa Vista, até que ocorra a interligação do Sistema Isolado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional – SIN, e submeter proposta de solução à Diretoria da ANEEL, em até 90 dias, contados desta decisão.

Houve sustentação oral por parte do Sr. Walter Muller, representante das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte.

Ordem de julgamento: 6

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.723/2016](#)

14. Processo: 48500.000931/2007-16. **Assunto:** Requerimento de medida cautelar interposto pela Borborema Energética S.A. em favor da Usina Termelétrica – UTE Borborema, com vistas à suspensão das cobranças a título de ressarcimento de indisponibilidade apuradas em função de geração realizada em montante inferior ao estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. **Área Responsável:** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor Reive Barros dos Santos.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu: (i) deferir o pleito da Borborema Energética S.A., com vistas a determinar que o ressarcimento das indisponibilidades verificadas em função de geração realizada em montante inferior ao estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS seja apurado considerando a janela móvel de 60 meses para a Usina Termelétrica – UTE Borborema; e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que efetue a recontabilização dos ressarcimentos devidos desde o início da operação comercial da UTE Borborema, considerando a janela móvel de 60 meses.

Houve sustentação oral por parte do Sr. Gustavo Amaral, representante da Borborema Energética S.A., e do Sr. Henrique Reis, representante das Centrais Elétricas da Paraíba – Epasa.

Ordem de julgamento: 7

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.724/2016](#)

15. Processo: 48500.005214/2005-09. **Assunto:** Requerimento de medida cautelar interposto pela Maracanaú Geradora de Energia S.A. em favor da Usina Termelétrica – UTE Maracanaú I, com vistas à suspensão das cobranças a título de ressarcimento de indisponibilidade apuradas em função

de geração realizada em montante inferior ao estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. **Área Responsável:** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor Reive Barros dos Santos.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu: (i) deferir o pleito encaminhado pela Maracanaú Geradora de Energia S.A., com vistas a determinar que o ressarcimento das indisponibilidades verificadas em função de geração realizada em montante inferior ao estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS seja apurado considerando a janela móvel de 60 meses para a Usina Termelétrica – UTE Maracanaú I; e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que efetue a recontabilização dos ressarcimentos devidos desde o início da operação comercial da UTE Maracanaú I, considerando a janela móvel de 60 meses.

Houve sustentação oral por parte do Sr. Gustavo Amaral, representante da Maracanaú Geradora de Energia S.A.

Ordem de julgamento: 8

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.725/2016](#)

16. Processo: 48500.004492/2016-73. **Assunto:** Requerimento Administrativo interposto pela Termelétrica Pernambuco III S.A., com vistas à suspensão das cobranças a título de ressarcimento de indisponibilidade apuradas em função de geração realizada em montante inferior ao estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. **Área Responsável:** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor Reive Barros dos Santos.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu: (i) indeferir o pleito da Termelétrica Pernambuco III S.A., com vistas à suspensão das cobranças, no âmbito dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs associados à Usina Termelétrica – UTE Pernambuco III, de ressarcimento de indisponibilidades apuradas em função de geração verificada em montante inferior ao estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS; e (ii) estabelecer que, excepcionalmente, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE deverá efetuar o lançamento do ressarcimento devido pela usina em 12 parcelas mensais.

Houve sustentação oral por parte do Sr. Gustavo Amaral, representante da Termelétrica Pernambuco III S.A.

Ordem de julgamento: 9

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.733/2016](#)

BLOCO DE PROCESSO

Os itens 17 a 36 serão deliberados em bloco, conforme o artigo 12 da Norma Organizacional nº 18, revisada pela Resolução Normativa nº 698/2015.

17. Processo: 48500.004592/2015-19. **Assunto:** Requerimento Administrativo interposto pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, com vistas ao ressarcimento dos custos da Usina Termelétrica – UTE Araguaia. **Área Responsável:** Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração – SRG.

Relator: Diretor Tiago de Barros Correia.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu autorizar o ressarcimento financeiro às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, no valor de R\$ 8.043.554,96 (oito milhões, quarenta e três mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos) pela disponibilização da Usina Termelétrica – UTE Araguaia, no período de março a julho de 2016, conforme o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º da Portaria MME nº 333/2015.

Ordem de julgamento: 20

Ato(s) Administrativo(s): [Resolução Autorizativa nº 6.070/2016](#)

18. Processo: 48500.006112/2014-73. **Assunto:** Resultado da Audiência Pública nº 66/2015,

instituída com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da Resolução que autoriza à Ampla Energia e Serviços S.A. implantar medição em tensão primária para faturamento de unidade consumidora do grupo B atendida por transformador exclusivo, em caráter experimental. **Área Responsável:** Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD.

Relator: Diretor José Jurhosa Junior.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu autorizar a Ampla Energia e Serviços S.A. a implantar medição em tensão primária para faturamento de unidade consumidora do grupo B atendida por transformador exclusivo, em caráter experimental.

Ordem de julgamento: 21

Ato(s) Administrativo(s): [Resolução Autorizativa nº 6.071/2016](#)

19. Processo: 48500.005414/2013-43. **Assunto:** Recurso administrativo interposto por Furnas Centrais Elétricas S.A. em face do Auto de Infração nº 58/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, que aplicou penalidade de multa em decorrência do descumprimento do cronograma de implantação de empreendimentos outorgados à Recorrente. **Área Responsável** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor Tiago de Barros Correia.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu conhecer do Recurso Administrativo interposto por Furnas Centrais Elétricas S.A. em face do Auto de Infração nº 58/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Ordem de julgamento: 22

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.713/2016](#)

20. Processo: 48500.001322/2016-37. **Assunto:** Recurso Administrativo interposto pela BBF Rondônia Geração de Energia Ltda., líder do Consórcio Brasil Bio Fuels Geração de Energia Rondônia – BBF RO, em face do Auto de Infração nº 32/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração – SFG, que aplicou a penalidade de multa em face do descumprimento dos cronogramas de implantação das Usinas Termelétricas – UTEs Calama, Conceição da Galera, Demarcação, Maici, Nazaré, Santa Catarina, São Carlos, Pedras Negras, Rolim de Moura do Guaporé e Surpresa, localizadas nos municípios de Porto Velho, São Francisco do Guaporé, Alto Alegre do Parecis e Guajará Mirim, estado de Rondônia. **Área Responsável:** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor Tiago de Barros Correia.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu conhecer do Recurso Administrativo apresentado pela BBF Rondônia Geração de Energia Ltda. em face do Auto de Infração nº 32/2016, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração – SFG, para, no mérito, negar-lhe provimento; manter na integralidade a penalidade de multa no valor de R\$ 83.162,00 (oitenta e três mil, cento e sessenta e dois reais) aplicada em sede de juízo de reconsideração pela SFG; e para efeitos de recolhimento da multa devem ser observadas as disposições legais vigentes.

Ordem de julgamento: 23

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.714/2016](#)

21. Processo: 48500.001723/2016-97. **Assunto:** Recurso Administrativo interposto pela Cooperativa de Eletrificação e Telefonia Rurais de Ibiúna Ltda. – Cetril em face do Auto de Infração nº 23/2015, lavrado pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado de São Paulo – ARSESP, que aplicou as penalidades de multa e advertência em decorrência do descumprimento dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica – PRODIST. **Área Responsável:** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor Tiago de Barros Correia.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu conhecer do Recurso Administrativo interposto pela

Cooperativa de Eletrificação e Telefonia Rurais de Ibiúna Ltda. – Cetril em face do Auto de Infração nº 23/2015, lavrado pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado de São Paulo – ARSESP, para, no mérito, não dar-lhe provimento, para: (i) majorar a multa para R\$ 29.728,18 (vinte e nove mil, setecentos e vinte e oito reais e dezoito centavos); e (ii) reestabelecer a Determinação D.01.

Ordem de julgamento: 24

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.715/2016](#)

22. Processo: 48500.005064/2015-87. **Assunto:** Recurso administrativo interposto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – Cteep em face de decisão do Operador Nacional do Sistema – ONS que impôs a aplicação de desconto sobre a Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI da Linha de Transmissão 345 kV Embu Guaçu – Sul/SP. **Área Responsável:** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor Reive Barros dos Santos.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu conhecer e, no mérito, indeferir o Recurso Administrativo interposto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – Cteep contra a decisão do Operador Nacional do Sistema – ONS que impôs a aplicação de desconto sobre a Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI da Linha de Transmissão 345 kV Embu Guaçu-Sul/SP.

Ordem de julgamento: 25

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.716/2016](#)

23. Processo: 48500.001729/2016-64. **Assunto:** Pedido de Reconsideração interposto pela Interligação Elétrica Pinheiros – IE Pinheiros em face do Despacho nº 1.523/2016, que negou provimento ao pedido interposto pela Recorrente com vistas à suspensão de aplicação, pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, de descontos de Parcela Variável devido a atraso na entrada em operação da Subestação Atibaia II. **Área Responsável:** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor José Jurhosa Junior.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Interligação Elétrica Pinheiros – IE Pinheiros, em face do Despacho nº 1.523/2016, que negou provimento ao pedido interposto pela Recorrente, com vistas à suspensão de aplicação, pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, de descontos de Parcela Variável devido ao atraso na entrada em operação das obras associadas à Subestação Atibaia II, objeto do Contrato de Concessão ANEEL nº 18/2008, para, no mérito, negar-lhe provimento; e (ii) estabelecer que o prazo para recolhimento desse desconto deverá ser de acordo com a Resolução Normativa nº 270/2007 e o valor atualizado de acordo com a legislação vigente.

Houve sustentação oral por parte do Sr. Dirceu Bueno Camargo, representante da Interligação Elétrica Pinheiros – IE Pinheiros.

A pedido do interessado, o processo acima foi destacado do bloco da pauta, nos termos do art. 22, § 3º, da Norma de Organização nº 18 (Resolução Normativa nº 698/2015).

Ordem de julgamento: 10

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.728/2016](#)

24. Processos: 48500.000877/2012-38, 48500.000882/2012-41, 48500.001051/2012-96, 48500.001052/2012-31, 48500.001059/2012-52, 48500.001228/2012-54 e 48500.001230/2012-23.

Assunto: Pedidos de Reconsideração interpostos pelas empresas Central Eólica Angical S.A., Central Eólica Caititu S.A., Central Eólica Coqueirinho S.A., Central Eólica Corrupião S.A., Central Eólica Inhambu S.A., Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. e Central Eólica Teiu S.A. em face do item “iii” do Despacho nº 2.939/2015 (Retificação). **Área Responsável:** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor Tiago de Barros Correia.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu retificar o Despacho nº 383/2016, que esclarece os efeitos contratuais das Centrais Eólicas Angical, Caititu, Coqueirinho, Corrupião, Inhambu,

Tamanduá Mirim e Teiu, de modo a retificar os incisos “i” e “ii” e incluir o inciso “iv”, que passam a vigorar, respectivamente, com a seguinte redação: (i) referentes ao direito de recebimento da receita fixa seja a partir da entrada em operação comercial das instalações do sistema de transmissão da Subestação – SE Pindaí, em 16 de novembro de 2015; (ii) relativos aos ressarcimentos por desvios negativos de energia produza efeitos a partir da entrada em operação comercial das instalações do sistema de transmissão da Subestação – SE Pindaí, em 16 de novembro de 2015; e (iv) permanecem inalterados o período de suprimento e a vigência do contrato.

Ordem de julgamento: 26

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.717/2016](#)

25. Processo: 48500.002446/2007-49. **Assunto:** Pedido de Reconsideração, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela Lautis Empreendimentos e Participações Ltda. em face ao Despacho nº 304/2015, que indeferiu o pedido de autorização para implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica – PCH Rincão, localizada no município de Lages, estado de Santa Catarina. **Área**

Responsável: Diretoria – DIR.

Relator: Diretor Tiago de Barros Correia.

O processo foi retirado de pauta após a realização da sustentação oral.

Houve sustentação oral por parte do Sr. Rafael Fabbri D`Avila, representante da Lautis Empreendimentos e Participações Ltda.

A pedido do interessado, o processo acima foi destacado do bloco da pauta, nos termos do art. 22, § 3º, da Norma de Organização nº 18 (Resolução Normativa nº 698/2015).

Ordem de julgamento: 11

26. Processo: 48500.002478/2016-35. **Assunto:** Pedido de Impugnação interposto pelas empresas Benetex Reciclagem Têxtil Ltda. e Benefios Reciclagem Têxtil Ltda., em face de decisão emitida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE em sua 859ª Reunião, referente a procedimento de desligamento por descumprimento de obrigação. **Área Responsável:** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor Tiago de Barros Correia.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu conhecer dos Pedidos de Impugnação interpostos pelas empresas Benetex Reciclagem Têxtil Ltda. e Benefios Reciclagem Têxtil Ltda. em face de decisão emitida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE em sua 859ª Reunião, relativamente a desligamento por descumprimento de obrigação, para, no mérito: (i) acolher o pedido de arquivamento da impugnação atinente à Benetex Reciclagem Têxtil Ltda., bem como pelo conhecimento da impugnação da Benefios Reciclagem Têxtil Ltda., negando-lhe provimento; (ii) recomendar à CCEE que, em até 90 (noventa) dias, avalie a conveniência de estabelecer regras para a concessão de parcelamentos, que deverão versar minimamente sobre: (ii.a) as hipóteses em que pedidos para parcelamento de débitos possam ser consentidos pelo Conselho de Administração - CAd; e (ii.b) formas de rateio, encargos moratórios, requisitos, etc; e (iii) não dar provimento à impugnação interposta pela Benefios Reciclagem Têxtil Ltda.

A pedido do Diretor Tiago de Barros Correia, o processo acima foi destacado do bloco da pauta, nos termos do art. 22, § 3º, da Norma de Organização nº 18 (Resolução Normativa nº 698/2015).

Ordem de julgamento: 19

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.734/2016](#)

27. Processo: 48500.004673/2016-08. **Assunto:** Requerimentos Administrativos, com pedido de medida cautelar, interpostos pelo Condomínio do Edifício Centro Empresarial Botafogo – CEB, Condomínio do Centro Empresarial Passeio I – CEP e SC Rio Cidade Nova Empreendimentos e Participações Ltda. – ECN, com vistas à adesão dos agentes à Câmara de Comercialização de

Energia Elétrica – CCEE. **Área Responsável:** Diretoria – DIR.

Relator: Diretor Tiago de Barros Correia.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu conhecer dos Requerimentos Administrativos, com pedido de medida cautelar, interpostos pelo Condomínio do Edifício Centro Empresarial Botafogo – CEB, pelo Condomínio do Centro Empresarial Passeio I – CEP e pelo SC Rio Cidade Nova Empreendimentos e Participações Ltda. – ECN, com vistas à adesão antecipada destes à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, mesmo sem a implementação plena do Sistema de Medição e Faturamento – SMF para, no mérito, negar-lhes provimento.

Ordem de julgamento: 27

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.718/2016](#)

28. Processo: 00000.701567/1981-36. **Assunto:** Extinção, a pedido, da concessão referente à Usina Hidrelétrica – UHE Pitangui, outorgada à Companhia Tecidos Santanense, localizada no município de Conceição do Pará, estado de Minas Gerais. **Área Responsável:** Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG.

Relator: Diretor José Jurhosa Junior.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu extinguir a concessão referente à Usina Hidrelétrica – UHE Pitangui; e dispensar a reversão dos bens referentes a esse empreendimento. A Diretoria decidiu, ainda, determinar que, após a formalização da extinção, a Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG deverá informar à concessionária que o registro do empreendimento deverá ser solicitado por meio do sistema eletrônico disponível na página da ANEEL.

Ordem de julgamento: 28

Ato(s) Administrativo(s): [Resolução Autorizativa nº 6.072/2016](#)

29. Processo: 48500.002007/2005-30. **Assunto:** Revogação, a pedido, da autorização referente à Pequena Central Hidrelétrica – PCH Barra Clara, outorgada à BC Service Energética S.A., localizada no município de Angelina, estado de Santa Catarina. **Área Responsável:** Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG.

Relator: Diretor José Jurhosa Junior.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu: (i) revogar a Resolução Autorizativa nº 1.552/2008, que outorgou a Pequena Central Hidrelétrica – PCH Barra Clara à BC Service Energética S.A.; (ii) dispensar a reversão dos bens referentes ao empreendimento.

Ordem de julgamento: 29

Ato(s) Administrativo(s): [Resolução Autorizativa nº 6.073/2016](#)

30. Processo: 48500.006628/2014-18. **Assunto:** Alteração do cronograma de implantação das Usinas Termelétricas – UTEs Assis Brasil e Manoel Urbano, outorgadas à Tecnogera Locação e Transformação de Energia Ltda., localizadas respectivamente nos municípios de Assis Brasil e Manoel Urbano, estado do Acre. **Área Responsável:** Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG.

Relator: Diretor André Pepitone da Nóbrega.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu não conhecer do pedido de alteração do cronograma de implantação das Usinas Termelétricas – UTEs Assis Brasil e Manoel Urbano, autorizadas à Tecnogera Locação e Transformação de Energia Ltda. por meio da Resolução Autorizativa nº 5.408/2015, haja vista sua perda de objeto; e não executar a Garantia de Fiel Cumprimento aportada pela Tecnogera em razão do atraso no início do suprimento de energia proveniente das UTEs Assis Brasil e Manoel Urbano, por não terem sido verificadas as hipóteses previstas no Edital do Leilão nº 10/2015-ANEEL para a execução dessa Garantia.

Ordem de julgamento: 30

Ato(s) Administrativo(s): [Despacho nº 2.721/2016](#)

31. Processo: 48100.002178/1997-81. **Assunto:** Recomposição do prazo da autorização referente à Pequena Central Hidrelétrica – PCH Salto Cafesoca, localizada no município de Oiapoque, estado do Amapá. **Área Responsável:** Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG. **Relator:** Diretor Tiago de Barros Correia.

O processo foi retirado de pauta.

Ordem de julgamento: 31

32. Processo: 48500.001968/1998-07. **Assunto:** Transferência das autorizações referentes às Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs Pilar e Batista, atualmente detidas pela Amanary Eletricidade Ltda., para a Alteso Geração e Comercialização de Energia Ltda. **Área Responsável:** Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG.

Relator: Diretor José Jurhosa Junior.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu transferir as autorizações para exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs Pilar e Batista, em regime de Produção Independente de Energia Elétrica – PIE, da Amanary Eletricidade Ltda. para a Alteso Geração e Comercialização de Energia Ltda.

Ordem de julgamento: 32

Ato(s) Administrativo(s): [Resolução Autorizativa nº 6.074/2016 e 6.075/2016](#)

33. Processo: 48500.001838/2016-81. **Assunto:** Declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidão administrativa, em favor da Verde 8 Energia S.A., das áreas de terra necessárias à implantação da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Verde 8, localizada nos municípios de Acreúna, Santa Helena de Goiás e Tuverlândia, estado de Goiás. **Área Responsável:** Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG.

Relator: Diretor José Jurhosa Junior.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu declarar de utilidade pública, em favor da Verde 08 Energia S.A., as áreas de terra com superfície total de 341,6674 ha (trezentos e quarenta e um hectares e sessenta e seis ares e setenta e quatro centiares) de propriedades particulares localizadas nos municípios de Acreúna e Santa Helena de Goiás, estado de Goiás, destinadas à implantação do reservatório e faixa de Área de Preservação Permanente – APP da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Verde 8.

Ordem de julgamento: 33

Ato(s) Administrativo(s): [Resolução Autorizativa nº 6.076/2016](#)

34. Processo: 48500.001981/2016-73. **Assunto:** Declaração de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da Lagoa 1 Energia Renovável S.A., das áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Transmissão EOL Lagoa 1 – SE Santa Luzia, com 69 kV, localizada no município de Santa Luzia, estado da Paraíba. **Área Responsável:** Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT.

Relator: Diretor Tiago de Barros Correia.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu declarar de utilidade pública, em favor da Lagoa 1 Energia Renovável S.A., para fins de instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 69 kV EOL Lagoa 1 – SE Santa Luzia, localizada no município de Santa Luzia, estado da Paraíba, com 17 km de extensão.

Ordem de julgamento: 34

Ato(s) Administrativo(s): [Resolução Autorizativa nº 6.077/2016](#)

35. Processo: 48500.004215/2016-61. **Assunto:** Autorização e estabelecimento de parcela da Receita Anual Permitida – RAP referente à implantação de reforços na Subestação Pici II, sob responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf. **Área Responsável:** Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT. **Relator:** Diretor Tiago de Barros Correia.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu autorizar a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf a realizar os reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade, estabelecendo o correspondente valor das parcelas da Receita Anual Permitida – RAP, a preços de junho de 2016.

Ordem de julgamento: 35

Ato(s) Administrativo(s): [Resolução Autorizativa nº 6.078/2016](#)

36. Processo: 48500.002398/2014-18. **Assunto:** Autorização e estabelecimento de parcela da Receita Anual Permitida – RAP referente à implantação de reforços em instalações de transmissão sob responsabilidade da Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. – LTTE. **Área**

Responsável: Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT.

Relator: Diretor André Pepitone da Nóbrega.

Decisão: A Diretoria, por unanimidade, decidiu autorizar à Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. – LTTE a implantar os reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade e estabelecer o correspondente valor da parcela adicional da Receita Anual Permitida – RAP.

Ordem de julgamento: 36

Ato(s) Administrativo(s): [Resolução Autorizativa nº 6.079/2016](#)